



Recordar é resistir, afirma Fachin

» ALÍCIA BERNARDES
» IAGO MAC CORD

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou os três anos dos ataques golpistas com uma série de eventos. Na abertura da exposição *8 de janeiro: Mãos da Reconstrução*, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, classificou a invasão e a depredação das sedes dos Três Poderes como um ato “premeditado, pautado pela negação do diálogo”. E advertiu que cabe ao tribunal não apenas guardar a Constituição, mas impedir que o tempo “anestesia a sensibilidade” da sociedade diante do mal cometido.

Fachin elogiou a atuação do relator dos inquéritos, ministro Alexandre de Moraes, ao afirmar que a firmeza do magistrado foi expressão do dever institucional. “Que a sua atuação no 8 de Janeiro nos lembre que defender a Constituição é defender aqueles que, com generosidade e abnegação, puseram as instituições à frente”, frisou. “Há quem confunda firmeza com jactância. Moraes se colocou firme por dever do ofício, com sacrifícios pessoais e familiares, e esteve onde precisava estar”, enalteceu. O presidente do Supremo também saudou o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, lembrando o papel das instituições na reconstrução democrática.

“O 8 de janeiro, assim como os dias que se seguiram, também diz respeito à vontade de reconstruir, à dedicação, à resiliência, à fraternidade e ao compromisso inabalável com a democracia”, afirmou. “Recordar é resistir.”

O ministro aposentado Celso de Mello, que não pôde comparecer por razões médicas, enviou uma carta ao STF, na qual destacou que

Luiz Silveira/ST



Fachin classificou a invasão e a depredação das sedes dos Três Poderes como um ato “premeditado, pautado pela negação do diálogo”



Que o tempo não anestesia a nossa sensibilidade. O 8 de Janeiro também diz respeito à vontade de reconstruir, à dedicação, à resiliência, à fraternidade e ao compromisso inabalável com a democracia”

Edson Fachin, presidente do STF

“o esquecimento é o primeiro aliado da barbárie” e que a memória democrática “não é culto ao passado, mas instrumento de defesa do futuro”. Ele alertou que relativizar

ataques às instituições abre espaço para que a intolerância se reorganize, ressaltando que preservar os vestígios da violência institucional é um imperativo cívico.

O balanço apresentado pelo gabinete de Moraes mostra que a resposta do Estado segue em curso. Em três anos, o STF já responsabilizou 1.399 pessoas pelos crimes relacionados ao 8 de Janeiro, com 810 condenações e 564 acordos de não persecução penal, que renderam mais de R\$ 3 milhões para o ressarcimento dos danos. Ainda tramitam 346 ações penais em fase final e outras 98 denúncias aguardam a etapa de defesa prévia, em sua maioria envolvendo financiadores.

Em fevereiro, com o fim do processo, a Corte retoma os julgamentos. Paralelamente, seguem

os processos da chamada trama golpista: quatro ações resultaram em 29 condenações, e sete réus do núcleo crucial — entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro — cumprem pena.

Além do eixo jurídico, o STF abriu espaço para o testemunho de quem viveu o ataque na linha de frente. Em uma roda de conversa com jornalistas, a ex-coordenadora de imprensa do tribunal, Gabriela Guerreiro, relatou que a Secretaria de Comunicação foi completamente vandalizada, com perda total dos equipamentos.

O encerramento dos debates coube ao ministro aposentado

Ayres Britto, que definiu a democracia como o “princípio dos princípios” da Constituição de 1988. Conforme disse, a Carta Magna é a única lei que não emana do Estado, mas da nação, e cabe ao Supremo revelar a voz desse pacto acima das vontades circunstanciais.

Ao destacar o papel do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Forças Armadas na defesa da ordem constitucional, Britto afirmou que as sociedades não dão “saltos quânticos”: a democracia exige tempo, maturação e vigilância permanente. “Sem democracia, tudo mais é nada”, concluiu.

Mobilização contra veto

» WAL LIMA

A oposição se mobiliza para derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Projeto de Lei da Dosimetria, que beneficia os golpistas do 8 de Janeiro. Mesmo sem data definida, a primeira sessão conjunta do Congresso já conta com a convocação de bolsonaristas para reagir à decisão do Planalto.

A convocação para a sessão conjunta partiu do líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto Silva (PL-PB), que classificou o veto como um “ato de crueldade”. Ele acusou o governo de usar o sistema de Justiça como instrumento de “vingança política”.

“O veto do presidente Lula ao projeto que garante a correta dosimetria da pena não é uma decisão técnica. É a institucionalização da vingança política sobrepondo-se ao Estado Democrático de Direito”, frisou o parlamentar. Na avaliação do líder da oposição, o texto é essencial para evitar penas consideradas desproporcionais, especialmente em relação aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

Ao **Correio**, ele garantiu que a bancada também pretende se reunir com outras lideranças e vai atuar na articulação em plenário para garantir

outros votos favoráveis. No ano passado, a proposta ganhou o apoio de 339 parlamentares, sendo 291 na Câmara e 48 no Senado, o que, na visão de Cabo Gilberto, já sinaliza uma possibilidade de aprovação da derubada do veto sem muito esforço.

“São necessários os votos de ao menos 257 deputados e 41 senadores, o que corresponde à maioria absoluta das duas Casas. Vamos lutar para derrubar esse veto. Faremos isso o mais rápido possível”, reforçou, por meio de nota.

A ofensiva da oposição também ganhou respaldo do líder oposicionista no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). Ele divulgou nota com críticas duras ao presidente da República. Para o senador, o governo se recusa a discutir qualquer medida de clemência e mantém presos por “vingança política”, enquanto, segundo disse, ignora a necessidade de pacificação nacional.

“A chamada defesa da democracia virou apenas um instrumento de vingança política. Mantêm-se brasileiros presos não para fazer justiça, mas para sustentar uma narrativa conveniente”, escreveu Marinho, ao afirmar que o país já viveu momentos mais graves e, ainda assim, optou por processos de anistia e reconciliação.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, acusou o governo de priorizar disputas ideológicas em detrimento da segurança pública. “Enquanto criminosos seguem roubando e matando nas ruas do Brasil, o que parece realmente perigoso para este governo é uma mulher que suja uma estátua com batom”, declarou. Segundo ele, a oposição atuará desde a primeira sessão do Congresso para reverter a decisão presidencial.

Do lado do governo, também houve convocação. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), fez um chamamento a militantes e apoiadores do presidente Lula para se mobilizarem contra a derrubada.

“O projeto é inconstitucional porque promove a redução ampla e imediata da resposta penal do Estado, com efeitos diretos sobre processos e execuções em curso, comprometendo a segurança jurídica e a coerência do sistema penal”, escreveu Farias nas redes sociais.

Olíder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que o veto integral à dosimetria “deixou claro que não haverá perdão para quem atacou a democracia”. “Democracia sempre. Sem anistia. Dita-dura nunca”, acrescentou o petista.

Saiba mais

Ed Alves/CB/D.A Press



O que é o PL da Dosimetria

» O Projeto de Lei da Dosimetria altera a forma como serão calculadas as penas para crimes contra o Estado Democrático de Direito. Pelo texto, quando a tentativa de abolição do Estado Democrático e o crime de golpe de Estado forem praticados dentro do mesmo contexto, deixa de haver a soma das penas. Nessa situação, passa a prevalecer apenas a punição mais severa.

» A proposta tem como eixo central a revisão da dosimetria penal, com mudanças nos patamares mínimo e máximo previstos para cada tipo penal e na metodologia geral de

cálculo das penas. O projeto também encurta os prazos para a progressão do regime de cumprimento da pena, facilitando a passagem do regime fechado para o semiaberto ou aberto.

» Entre os potenciais beneficiados pelo PL da Dosimetria estão o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e integrantes do núcleo militar do governo anterior, como o ex-comandante da Marinha Almir Garnier, o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, o ex-ministro da Casa Civil Walter Braga Netto e o general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Ed Alves/CB/D.A Press



Esperidião Amin argumentou que sua iniciativa visa “pacificar o país”

Relator propõe livrar os condenados

e apoio logístico ou publicações em redes sociais.

Na nota, o parlamentar também apontou supostas irregularidades no inquérito que apura os fatos. Entre elas, citou foro inadequado, suspeição de integrantes da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma investigação que classifica como tendenciosa, conduzida por um magistrado que, segundo ele, se declarou vítima dos atos investigados — numa referência ao ministro Alexandre de Moraes.

Para o senador, a anistia não representa impunidade, mas um mecanismo previsto em democracias para promover reconciliação

nacional. “É instrumento histórico de harmonização e justiça, próprio de países que se recusam a perpetuar divisões, ressentimentos e exceções”, afirmou. Segundo Amin, cabe ao Parlamento liderar esse debate como espaço institucional adequado para a busca de pacificação política.

Já o relator do PL da Dosimetria na Câmara, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), afirmou que a decisão de Lula desconsidera um acordo amplo construído no Congresso e recoloca o país em um ambiente de tensão política.

Paulinho disse que o Legislativo havia sinalizado disposição para a pacificação institucional, mas

que o gesto foi ignorado pelo Palácio do Planalto. “O Congresso entregou a bandeira branca da paz do Brasil nas mãos do Lula. Sabe o que ele fez? Rasgou e tocou fogo nela. O PL da Dosimetria foi construído com diálogo, com responsabilidade, com todos os partidos, lideranças e personalidades do Brasil”, declarou.

Segundo o deputado, o projeto foi aprovado após meses de negociação entre diferentes forças políticas e buscava dar uma resposta equilibrada aos episódios de 8 de janeiro, sem recorrer à anistia. “Dosimetria não é anistia, não apaga crimes, é justiça proporcional”, reforçou. **(WL)**